

## O LUGAR SOCIAL DA MULHER

Ariosvaldo Vieira da Silva, Ph.D.

<http://lattes.cnpq.br/1046900112482352>

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2-07>

**RESUMO:** O presente artigo fará uma breve análise do papel da mulher no contexto social moderno, partindo das sociedades tribais, buscando encontrar a corrente genética que fez, durante tanto tempo, o homem um criador de normas de comportamento e do *modus vivendi* da mulher. procuraremos seguir o mais cientificamente possível a trilha que nos levará ao entendimento do papel da mulher em algumas sociedades, buscando evidenciar o seu valor natural e sua extrema importância na organização familiar através dos séculos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Sociedade. Contexto histórico.

### THE SOCIAL PLACE OF WOMEN

**ABSTRACT:** This article will briefly analyze the role of women in the modern social context, starting from tribal societies, seeking to find the genetic current that made men, for so long, the creator of norms of behavior and the *modus vivendi* of women. We will try to follow, as scientifically as possible, the path that will lead us to an understanding of the role of women in some societies, seeking to highlight their natural value and their extreme importance in family organization throughout the centuries.

**KEYWORDS:** Women. Society. Historical context.

## INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas que emergiram e se espalharam mundo a fora, a partir da segunda metade do século XX, deram lugar a infinitas interpretações pejorativas, principalmente por quem de longe os assistia. Alguns grupos sociais hostilizavam aqueles movimentos, porque viam neles enorme distanciamento da realidade, demonstrado pelas participantes daquelas manifestações.

As feministas da época talvez não soubessem que de nada valiam as demonstrações de força, pregação da “inutilidade biológica” do homem e queima de peças íntimas em praças públicas, em sinal de protesto (contra o que?). Elas pouco se importavam se o nivelamento da mulher ao homem teria de acontecer ou não por meio de discussão civilizada, até mesmo pela liberação da cabeça, uma vez que é pela cabeça que a liberdade toma forma. A mulher é parte complementar do homem, e vice-versa.

As suas diferenças são apenas naturais a cada sexo, permanecendo entre ambos (homem e mulher) apenas uma questão de simetria ou antagonismo eletromagnético, uma vez que o universo é regido por leis de manutenção desta simetria.

Contudo não é propriamente sobre feminismo que pretendemos dissertar. Aqui ele aparece, apenas, como um movimento social importante, que explodiu e desapareceu rapidamente, pela inconsistência das reivindicações. Queriam as feministas mudar, da noite para o dia, um padrão social, ainda que defeituoso, a nós legado pela moral judaico-cristã. Como não obtiveram êxito, as feministas optaram pelo uso de meios mais racionais, dentre eles a utilização da inteligência, coisa que a elas não faltava.

Faremos aqui uma breve análise do papel da mulher no contexto social moderno, partindo das sociedades tribais, buscando encontrar a corrente genética que fez, durante tanto tempo, o homem um criador de normas de comportamento e do *modus vivendi* da mulher.

Ainda que sem percorrer caminhos enfadonhos, procuraremos seguir o mais cientificamente possível a trilha que nos levará ao entendimento do papel da mulher em algumas sociedades, buscando evidenciar o seu valor natural e sua extrema importância na organização familiar através dos séculos.

## A MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL E NA MATRIARCAL

As ideias de machismo, determinantes do princípio da sociedade patriarcal, segundo a maioria dos pesquisadores teriam origem na teoria do “homem caçador”, provavelmente no período da pedra polida. Os caçadores de então deixavam as mulheres ocupadas com os filhos e afazeres domésticos, não podendo assim seguir os maridos no trabalho da caça, ou ainda nas táticas de guerra. A partir de então, acredita-se, tenha se desenvolvido na sociedade patriarcal um modelo de **macho caçador e guerreiro**, como principal suporte de suas mulheres, filhos e outros dependentes. Cada um dos membros de uma família passou a ter função definida no conjunto.

A divisão do trabalho, os cuidados com a casa e a família, conservados até hoje, como trabalho da mulher, são mantidos até hoje na maioria das sociedades que conhecemos, devem-se, principalmente, à teoria do homem caçador. Este homem notou

que a caça e a luta, como modelo, de cooperação entre machos, viria atuar como força atenuadora (ou inibidora) da capacidade e de outras potencialidades da mulher, salvo aquelas vinculadas à casa e aos filhos.

Assim, pois, enquanto os machos estavam fora caçando, desenvolvendo todas as suas habilidades, aprendendo a cooperar, inventando a linguagem, inventando a arte, criando instrumentos e armas, as pobres mulheres dependentes ficavam sentadas em casa, dando à luz um filho após outro (e muitas morrendo no processo), esperando os machos trazer a comida para casa (Linton, 1981, p. 39-40).

Ainda que a teoria do homem caçador seja combatida por alguns antropólogos modernos, ela permanece em uso até que se encontre outro fundamento que explique a dominação masculina sobre a mulher, dominação esta não fortemente exercida nos tempos atuais. Ademais, caso optemos por uma visão moralista desse problema, veríamos que a ideia de um homem caçador serve apenas para colocar homem e mulher em extremos opostos – o homem fica na condição de um ente agressivo, matador e egocêntrico, enquanto a mulher será sempre uma alma passiva, resignada, sofredora e leal.

Voltando ao tema “homem caçador”, este, com o produto da caça já no ambiente da tribo, era dividido primeiro entre pais e irmãos, sendo as mulheres as últimas a receber o seu quinhão. Desse modo, por mais zelosas que fossem, e mais guardiãs do lar se tornassem, em nada melhorava o *status* da mulher no círculo familiar.

Agora cabe uma pergunta: qual a ligação existente entre a ideologia do homem caçador e aquela posta em prática pelos hebreus e outros povos antigos orientais, relativamente ao papel da mulher nas sociedades de então? Sabe-se, através da História, que entre árabes, tártaros, mongóis e tantos outros povos, a situação da mulher era sempre a mesma: a de submissão.

Vale lembrar que o modelo de família implantado entre nós, desde a colonização foi a patriarcal, trazido pelo pensamento judaico, absorvido também pela cultura muçulmana.

O patriarca foi ao longo do tempo representado como senhor absoluto de seus bens, e sua autoridade pairava sobre a terra, o rebanho, filhos, escravos e a esposa. Na família o pai exercia domínio supremo sobre tudo e todos, cabendo-lhe a administração

de castigos sobre qualquer um que estivesse nos limites de suas propriedades. À mãe era permitido mediar ou contemporizar as coisas, cabendo-lhe a defesa dos filhos nos momentos difíceis. Ainda que essa defesa ou mediação fosse concedida à mãe, não havia a menor chance de a autoridade paterna ser, ao menos momentaneamente distribuída com a mãe. Se a filha já obedecia ao pai, enquanto solteira, casando-se obedecia ao pai e ao marido simultaneamente. Em caso de infidelidade da mulher, ou um pretexto qualquer para dela se livrar por conveniência, o marido podia mandá-la para um convento, de onde a fuga era praticamente impossível. Em certos casos o marido promovia o desaparecimento da mulher. Essa modalidade de punir a esposa às vezes se estendia à filha, sempre que o pai duvidasse do seu comportamento. Tal tipo de regime familiar trazido até nós ainda permanecemos por aqui, em muitas regiões interioranas do Brasil.

A Antropologia não se cansa de mencionar sociedades primitivas, cujo poder se sustentava por via matrilinear. Baseando-se em trabalhos de antropólogos e linguistas, dentre eles Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson e Claude Levi- Strauss, certos estudiosos, especialmente mulheres, foram buscar nos mitos algumas explicações para a dominação masculina. Concluíram, preliminarmente, que, em épocas remotas, as mulheres governavam os seus clãs com altivez e sabedoria, período em havia mais paz e harmonia entre todos. Contudo esse teria sido o domínio feminino contra o qual os homens se rebelaram. A crença num período de governo matriarcal pode ser aceita como a busca incessante, por parte das mulheres, de uma identidade histórica alternativa, vindo a mitologia ser invocada, como último recurso, nessa difícil tarefa.

O período vitoriano trouxe um tempo de paz para as mulheres, as quais tinham tarefas claramente definidas, de forma a não sofrerem maus-tratos físicos ou psicológicos. Porém não se tratava de um poder matriarcal ou um governo de mulheres, mas um regime um tanto desportista, o qual Vitória conduzia com visíveis contradições. O período vitoriano, no entanto, deixou boas recordações às artes e à política internacional. A música foi a mais beneficiada dentre as artes daquele período, cujo estilo ainda hoje é muitíssimo apreciado.

Arthur Wright (citado por Engels, 1981, p. 51) trabalhou como missionário muitos anos entre os índios iroqueses-sênecas, observando atentamente o

comportamento familiar, mais ainda a situação da mulher entre tais índios. Para não haver unicidade genética as mulheres arranjavam maridos em outros clãs. Nunca os homens buscavam esposas fora do seu grupo.

Habitualmente as mulheres mandavam em casa; as provisões eram comuns, mas aí do pobre marido ou amante que fosse preguiçoso ou desajeitado demais para trazer sua parte ao fundo de provisões da comunidade! Por mais filhos ou objetos pessoais que tivessem casa, podia, a qualquer momento, ver-se obrigado a arrumar a trouxa e sair porta a fora (Engels, 1981, p. 51).

O marido não podia insistir em ficar. Qualquer forma de resistência seria para ele um martírio. As mulheres mandavam e desmandavam, tendo poderes inclusive para destituir um chefe.

Johann Jakob Bachoffen foi um historiador suíço minuciosamente estudado por Engels. O matriarcado, na teoria de Bachoffen, podia ser fundamentado em dois períodos universais da evolução social. Sustenta ainda, o historiador, que a organização religiosa, qualquer que seja ela, é peça fundamental nessa teoria. Diz ainda que as religiões baseadas na “supremacia feminina” foram dominantes durante os estádios primitivos e, a partir de então, foram suplantadas pelas religiões patriarcais. Depois disso não mais se conhece qualquer religião de organização feminina (Ibidem).

Joan Bamberger, quando realizava pesquisa na região amazônica brasileira, junto aos índios Kaiapó, em 1962, fez anotações interessantes sobre o papel subalterno das mulheres naquela tribo. A pesquisadora ficou impressionada com os castigos violentos a que as mulheres eram submetidas, por terem cometido delitos aparentemente insignificantes. Relata a antropóloga que uma menina de pouca idade abaixou-se para olhar por baixo das vestes de folhas de palmeira, usadas por um dançarino mascarado, durante uma cerimônia religiosa. Imediatamente ouviu-se um disparo de arma de fogo, para dar sinal de que algum regulamento foi violado. Por sorte, a menina embrenhou-se num amontoado de crianças da tribo, e sua identidade até hoje é desconhecida. Se fosse apanhada, seria indubitavelmente morta, assegura Bamberger (1979, p. 68).

As sociedades são mitológicas, queiramos ou não, e sobre suas mitologias criaram os seus costumes, cerimônias, religiões e todas as formas de poder. Onde estiver presente umas manifestações míticas de autoridade surgem as restrições, visando

atemorizar ou coagir aqueles, cujo nível hierárquico é o da subordinação, obrigando a todos a assumir um comportamento, aceito pelo poder como correto.

## A SEXUALIDADE DA MULHER

A mulher jamais deteve uma autonomia bastante para levar uma vida sexual livre de preconceitos, como sempre ocorreu com o homem. Pode-se creditar essa inibição sexual feminina ao próprio homem, uma vez que ele já nasce orientado para o egoísmo, onde a vontade de querer e possuir sempre fala mais alto e em nada se compara.

A monogamia foi uma das mais brilhantes invenções do homem, alegando que, com isso, a dignidade da mulher ficaria engrandecida. Sob esse pretexto ele julgava-se tornar imune ao que os outros pudessem pensar a seu respeito, ainda que levasse uma vida devassa.

Engels afirma que a monogamia “não aparece na História como uma reconciliação entre o homem e a mulher, também como forma mais elevada de matrimônio” (1981, p. 70), posto que somente existe tal casamento para a mulher, estando o homem apenas a se beneficiar dele. O casamento monogâmico tem sido, ao longo dos tempos, o instituto que dita as normas de submissão da mulher, enquanto dá liberdade ao homem de praticar o adultério. A religião, a mesma que impôs uma pureza santificada às mulheres, desde a Idade Média, obrigou-as também a aceitar e perdoar a infidelidade masculina, em troca de sua boa reputação. A religião estrategicamente inventou o chamado “casamento indissolúvel” com uma promessa de fidelidade incontestável, mas, de fato, somente à mulher é exigida essa fidelidade. Portanto essa forma de casamento vem servindo, da melhor forma que pode, à vontade de poder masculina, obrigando a mulher a exibir um comportamento impecável, isento de censura ou reprovação.

Um estudo elaborado entre aborígenes australianos, durante algumas décadas Rohrllich e Sykes (1979, p. 53) constatou a naturalidade com que os jovens se relacionavam sexualmente antes de casar. Se uma moça aparecia grávida, a paternidade era atribuída automaticamente ao noivo, como forma de garantia perante a mãe da moça



e a comunidade. O relacionamento sexual, no entanto, somente era permitido após a puberdade, fosse com o marido ou com o amante. Segundo os seus mitos, as relações sexuais ocorrem sempre após a menstruação, nunca dela. À medida em que a menstruação está relacionada com o sangue e órgãos genitais, está provida de poderosas propriedades mágicas, associadas aos tabus. Entendendo, no entanto, que a menstruação era maléfica aos homens, as mulheres, naquele período, desviavam-se deles ao se encontrarem num caminho (Engels, 1981, p. 51).

No País de Gales, por volta do século XI, não se exigia e nem era observada a castidade dos jovens antes do casamento. “Porém, quando a mulher cometia adultério, o marido tinha o direito de espancá-la” (Engels, 1981, p. 147). Uma outra interessante observação descrita por Engels, a qual nos mostra a imensa proteção da lei a um curioso direito do homem: “Em quarenta tribos da América do Norte, o homem que se casa com a moça mais velha, tem o direito de tomar igualmente como mulher todas as irmãs da mesma, quando na idade própria” (Ibidem, p. 52).

Em um grande número de sociedades antigas o adultério era punido com a morte, ou com pesada multa — contanto que fosse aquele praticado pela mulher. Em todos os casos o adultério cometido por homens sempre foi, ao longo dos séculos, absolutamente impune.

Embora as mulheres tenham perdido a oportunidade, em tempos idos, de provocar uma revolução sociocultural, deixaram o tempo passar. Assumiram o casamento monogâmico, onde os homens continuariam polígamos, levando uma vida aparentemente de solteiro. Assim, aquilo que para a mulher é considerado crime de graves consequências legais ou apenas sociais, para o homem torna-se algo honroso ou, quando muito, lhe deixa uma leve mancha moral, que ele carrega com certa satisfação (Montagu, 1970, p. 81).

Dadas de fato supervalorizadas, cedê-las a preços inferiores aos recém-chegados cria uma dívida indefinidamente reprodutível, uma vez que, para conservarem esta aliança, eles terão de dar dotes mais elevados do que os exigidos pelo casamento igualitário com linhagem com o mesmo estatuto (Heusch, 1971, p. 23).

A independência sexual da mulher ainda permanece recoberta de tabus. A escolha do se par, durante séculos, dependeu da vontade do pai e da grandeza do dote, o

que levava o casamento ao terreno da transação comercial, tornado-se num jogo de interesses. Mais ligado a fatores econômicos que sociais estava o casamento de então, vindo a conveniência da moça jamais ser consultada ou tida em conta. Nesse processo, a mulher se ligava ao homem e para uma nova família entrava, na condição de artigo de valorização do capital da outra. Se a mulher chegava à nova família por conveniências políticas, muitas vezes era para o estabelecimento da paz entre povos, podendo, daí, gerar vantagens comerciais entre o seu povo e o do marido.

Entre nativos Kachin, do grupo Gumlau (Heusch, 1971, p. 23), habitantes dos planaltos da Birmânia, a família que oferece a moça em casamento estabelece um valor diferente para ela, no caso do matrimônio se realizar com homem da mesma tribo ou com forasteiro. A família que oferece a moça é chamada mayu, quer dizer, doadora, enquanto, mas sendo as mulheres a que recebe é chamada dama, ou seja, receptora.

Assim, pois, os mayu conseguem uma mais-valia matrimonial, uma vez que uma espécie de renda fundiária indireta era (ou é) obtida através do circuito do casamento. Tendo-se em conta o tipo de civilização dos Kachin, os modelos burgueses de matrimônio por dote em muito se assemelham. Os nativos não consideram essa transação uma forma de negócio, tampouco um meio de reprimir ou, pelo menos, limitar a sexualidade da mulher.

Um dos fatores mais preocupantes na sociedade moderna, o qual diretamente se liga com a liberação da mulher frente a tabus e preconceitos, é a facilidade com que ordinariamente ela se torna vítima de indivíduos reacionários, ao não aceitarem algumas atitudes que as mulheres assumem, acusando-as de praticar “concorrência desleal”. É que a mulher, segundo a maioria dos homens, ao ocupar ou assumir certa função tradicionalmente exercida por homens, deixa estes em desvantagem, entrando no páreo numa corrida visivelmente desigual e desleal frente a eles.

Com o acesso das mulheres ao mundo cultural e educacional, antes reservado aos homens, mundo esse do qual elas sempre fizeram parte, mas de longe, é sinal de que, com algum esforço, as coisas mudaram. Embora muitas mulheres se esforcem, ainda hoje, para imitar os homens em algumas ações, somente as que se destacam socialmente como mulheres, alcançam os seus objetivos.



Independentemente da idade, beleza física ou outros predicados, a mulher que aprendeu a se conduzir e se destacar socialmente pelo mérito do caráter, inteligência e cultura, certamente ultrapassará tabus, preconceitos, até mesmo a inveja de muitos homens. Caso contrário a mulher estará condenada ao eterno fracasso.

Aqui no Brasil, enquanto ministro da Marinha no período revolucionário de 1964, o almirante Maximiliano da Fonseca, tentando escapar de uma massa de jornalistas que o seguiam em procissão, foi subitamente torpedeado por uma jovem repórter de televisão com a seguinte pergunta: “Ministro, por que no Brasil não se elegem mulheres para a Presidência da República?” A resposta veio rápida como um relâmpago: “Para ser presidente da República o candidato tem de ter mais de trinta e cinco anos de idade, e no Brasil não há mulheres com 35 anos”. A resposta do almirante, por sofisma, disse muito sobre o fato de que, ordinariamente, as mulheres fazem o que podem para não deixar que os outros percebam nelas a idade que têm. Pode-se imaginar que a desestruturação psicológica, aliada ao resquício biológico do analfabetismo a que as mulheres foram subjugadas durante séculos, tenha transferido para elas a ideia de que, a ilusão de uma juventude duradoura, unida a uma impecável aparência física podem se antepor a outros valores morais e intelectuais. Puro engano, felizmente. Isso as mulheres (a maioria delas) descobriram a tempo.

Na china, segundo a tradição, a velhice é venerada como símbolo de sabedoria, numa demonstração de que o amadurecimento humano deve ser encarado como um patrimônio espiritual, um legado da Divindade Suprema aos mortais. O tribunal do Areópago, modelo perfeito de instituição da antiguidade, dispunha de um corpo de magistrados escolhidos dentre os cidadãos mais idosos e antigos de Atenas. A experiência de vida dos juízes os fazia produzir sentenças, com toque de imensa sabedoria. Por causa disso as decisões daquele tribunal eram inapeláveis e aplicadas imediatamente.

## MITOS E TABUS

Há quem afirme haver uma associação da mulher com a Natureza, caos e moralidade, não simultaneamente. Em oposição os homens são apresentados como um

mundo em ordem e culturalmente estruturado. Assim os homens são sábios e justos, e seu poder se exercita equitativamente, a exemplo de Ulisses e Salomão.

Joan Bamberger (1979, p. 76) comenta que, numa época caótica, anterior ao estabelecimento da ordem social (governo dos homens), as mulheres haviam se instalado no poder, governando sem justiça e sem misericórdia. Os homens casualmente descobriram a forma de poder secreto das mulheres e conspiraram para recuperar o que julgavam lhes pertencer por direito e justiça. Expulsaram as mulheres do poder, elaboraram novas leis, as quais mantiveram fora do alcance feminino indefinidamente. Bachoffen acreditava que o domínio da mãe sobre a família e o Estado originou-se da “profunda insatisfação feminina ante a sexualidade descontrolada a que o homem havia se submetido (Ibidem, p. 64).

Na visão feminista a instalação das mulheres e a conseqüente revolta, como dito anteriormente, obteve como resultado o amansamento dos homens e, por extensão a paz e a ordem ao mundo. A rebelião das mulheres, segundo a lenda, teria sido conduzida pôr Basiléia, rainha amazona, tendo ocorrido, provavelmente antes do dilúvio. A vitória de Basiléia simboliza a de todas as mulheres, marcando o início de um dos domínios matriarcais primitivos.

A Associação da mulher com a Natureza deu origem a uma sucessão de mitos, cuja evolução em muito contribuiu para provocar um falso distanciamento entre homem e mulher. Ainda essa evolução mítica tendeu a implantar nas novas mentalidades uma idéia errônea de desnível moral e intelectual da mulher ante o homem. Diz-se até que, em certa época, os homens sentiram inveja da capacidade das mulheres terem filhos e mesmo ficarem menstruadas, tornaram essas aptidões em desvantagem para as mulheres, cercando estas com rituais e tabus, os quais, na maioria dos casos, tornaram-se castigos (Montagu, 1970, p. 15).

A mente dos homens, nesse meio tempo, não parou de trabalhar, criando meios de levar a mulher à condição de indivíduo à parte, ou de animal doméstico, engendrando em torno delas uma mitologia que culminou por se alastrar mundo a fora.

Em muitas tribos, caso o homem desejasse ter um filho, contava à mulher o que planejava e então o espírito da criança era transferido para ela. Mesmo aí a mulher é considerada apenas incubadora da

criança implantada em seu corpo pelo homem. Assim, pela crença deles, o coito nada tinha a ver com a gravidez (Montagu, 1970, p. 15).

Os homens também alegam que as mulheres, ao se depararem com imprevistos, ficam nervosas, entrando em pânico com facilidade diante de situações embaraçosas. Contudo os homens de hoje, os que fazem tais alegações, se esquecem que eles mesmos moldaram geneticamente as mulheres, para que assumirem involuntariamente essas reações. Podemos dizer que o medo é a sensação sentida por uma ou mais pessoas face ao perigo. O medo tem como característica um impulso básico que ajuda o organismo a vencer os obstáculos da vida com maior chance de sobrevivência” (Ibidem, p. 87). Por outro lado, arriscar-se inutilmente não é sinal de inteligência ou coragem.

Não se pode negar a sensibilidade da mulher frente aos problemas mais complexos do nosso dia-a-dia. Responsável mais direta pela preservação da espécie humana, e estando mais próxima dos problemas básicos da vida do homem, a mulher desenvolveu extraordinária capacidade no âmago das necessidades sociais humanas. Enquanto os homens dissociam a família do trabalho, construindo dois mundos diferentes, as mulheres, por estarem estreitamente enlaçadas com o mundo que as cerca, são capazes de assim procederem. Em alguns casos, no entanto, são bastante intransigentes e radicais, diante de um problema que somente a elas compete oferecer o resultado. Tal modo de agir provocou, anos atrás, o impedimento de mulheres na composição do corpo de jurados nos tribunais populares da Comarca de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, outra vez no Brasil. O Tribunal de Justiça daquela região entendeu que as mulheres demonstravam-se inflexíveis, principalmente diante de fatos que exigiam extrema reflexão, como no caso de condenar ou absolver um acusado.

Na Grécia Ésquilo foi o autor trágico que mudou a concepção de espiritualidade, ao introduzir novas ideias mitológicas na literatura, revolucionando o pensamento de então. No tocante ao poder familiar, Ésquilo agitou a consciência grega de seu tempo, ao envolver Athena numa *aporia* até ali não imaginada – absolve Orestes, quando este mata a própria mãe, Clitemnestra. As Eumênides perseguem o matricida, mas o julgamento final acontece no Areópago, onde a decisão se dá por empate. Ao manifestar o seu voto, como presidente do Tribunal, Athena provoca a absolvição de Orestes. Agora, teria Athena valorizado o homem, ao oferecer-lhe a liberdade, quando o poder

ali exercido era feminino? Perguntar-se-ia: teria sido a deusa apenas justa? Lembremos de que, em outra ocasião, Athena teria ordenado que Agamenon sacrificasse a filha, Ifigênia, por ele ter cometido uma falha aparentemente simples: matou uma corsa dedicada à deusa. Estas são questões em aberto, para uma análise futura.

Voltando ao julgamento de Orestes, vimos como ficou demonstrada a imparcialidade de Athena. Sendo mulher (se assim podemos dizer) e deusa da caça e da sabedoria, ela estava pondo na balança apenas a repercussão do seu julgamento, coisa a ser feita com isenção e a sabedoria dos justos. Athena, com isso, localizou-se no rumo de colisão de potências de direitos iguais, cujo resultado seria obtido em tribunais diferentes. Restabeleceu-se, então a ordem e o *ethos* familiar, num julgamento de singeleza espartana. Era esse, talvez, o modelo de conduta que o autor grego dito anteriormente almejava implantar nos tribunais atenienses e, por consequência, na Democracia, por vez que os componentes do Areópago viviam arraigados em mitologias, para Ésquilo discutíveis.

A lenda nos conta que Salomão, desejando estudar o radicalismo da mulher, ordenou a uma de suas súditas a decapitação do marido, enquanto este dormia. Para a tarefa deu-lhe, sem que ela soubesse, uma espada de estanho, antevendo o rei que, por mais amor que tivesse à família, cegamente a mulher cumpriria o mandamento real. Estava certo, Salomão. No dia seguinte volta ela com a arma em frangalhos, justificando o não cumprimento da missão, em virtude do péssimo material de que era feita, a espada a espada se espatifou no ar, ao desferir o golpe no pescoço do marido.

Há registro de muitas mulheres que se celebrizaram, diante de fatos indiscutivelmente históricos. Pela coragem, beleza ou intelectualidade, essas mulheres foram notícia em suas épocas. Pelo intelecto ganharam notoriedade madame Curie, George Sand, Golda Meir. Pela coragem brilharam Joana D'arc, madame Staël, além das figuras bíblicas Ester e Judith. Outras aproveitaram-se de uma pretensa beleza física, como trampolim para chegarem às suas ambições. Cleópatra, Salomé, Dalila, marquesa de Santos, são alguns desses exemplos. Não é possível relacionar, todas as mulheres célebres, mas os exemplos citados são sobejamente conhecidos de todos nós.

Um caso à parte é o da pobre Eva, personagem bíblica dos dias da Criação, ao

ter a infelicidade de chegar à História pela via da traição (será que do suborno ou outro tipo de corrupção?). Sabe-se, porém, que, com tal procedimento, Eva provocou o cancelamento das facilidades que dispunha, no Paraíso, juntamente com Adão, seu ingênuo companheiro. Findos os dias de glória, foram à luta, ganhar o próprio sustento com o suor dos seus rostos e o ensopar de suas camisas, caso as tivessem. Contudo, Eva, a despeito de sua fraqueza de conduta, tem sido, ao longo do tempo, um belo exemplo de mulher, mãe e companheira, ainda que a sua falha venha sendo explorada pelo catolicismo como um mal tornado hereditário, de específica resolução através do batismo. Claro que estamos nos referindo ao maliciosamente chamado “pecado original”.

## MITOLOGIA E EROTISMO

Uma espécie de folclore e mitologia foi instalada em torno das mulheres, objetivando sensibilizá-las a permanecer subalternas ao homem. Enquanto isso estas criavam para si uma enorme liberdade de movimentos, passando a usar essa liberdade como bem quisessem e entendessem, situação ainda reinante em muitos lugares do planeta.

As religiões que conhecemos, pôr mais respeito que demonstrem às mulheres, ainda as mantêm fora e bem longe do serviço religioso. Consideram-nas um ser sublime, mais próximo da Natureza que os homens, uma vez que foi por meio de uma mulher, segundo o cristianismo, que o Verbo se materializou. Ainda assim o proceder das religiões relativamente às mulheres em nada mudou, permanecendo a fazer uso de dois discursos: um voltado para as mulheres, outro demonstrado pela *praxis*.

As diversas mitologias, em especial a grega, em cuja ideologia o monoteísmo teria se firmado, dispunham de certas mulheres para legitimar a presença de semideuses na Terra, para servirem de ligação entre o poder divino e o terreno.

Temos os exemplos de Hércules, Prometeu, Perseu, além da figura histórica de Jesus, apelidado “Nazareno”.

Entre os antigos egípcios a mulher foi parte atuante no processo da criação, participando, inclusive, da organização da ordem ancestral. Foi quando Isis e Oziris

iniciaram a construção do mundo. Mais que nenhum outro povo, os egípcios acreditavam numa vida futura, conferindo-a suma importância, mantendo uma conduta moral que em nada abalasse a promessa de uma segunda vida. Daí a necessidade de se estabelecer a lei e a justiça em bases divinas. Logo a Justiça aparece sob forma alegórica, a qual somos forçados a descrevê-la: Oziris surge empunhando uma espada com a mão direita e uma balança com a esquerda. A espada simboliza o poder e a força; separa o bem do mal e líquida as contendas. A balança ainda pesa as dívidas dos vivos e as almas dos mortos.

Mas, se de um lado houve (e há) o endeusamento da mulher por parte dos homens, de outro há a degeneração de sua imagem em virtude delas mesmas. O erotismo é a grande armadilha da qual a mulher se vale para manter-se atrelada à ideologia e ao prazer dos homens. Ainda que a religião se manifeste como freio à escalada do *eros* da vida cotidiana, mesmo assim os resultados por ela obtidos são, de certa forma, tímidos. É então, nesse redemoinho de erotismo que as têm se prestado voluntariamente à subordinação masculina. Estariam, as que se prestam a esse tipo de ação, desprovidas de qualquer valor intelectual ou moral, que as obriguem a tal prática, caso fosse esta a única alternativa de sobrevivência?

O erotismo mítico e religioso, ou ainda os palacianos de outrora, não tiveram a mesma repercussão social que os de agora, vindo a ser aquele enquadrado como fato cultural. Mas o erotismo de hoje virou profissão. Qualquer mulher, cujo estrelismo no esporte, nas novelas televisivas, ou em outra atividade congênera sem torne evidente, é presa fácil do comércio de erotismo. Assim que seus *valores* sejam amplamente divulgados pelos *mass media*, essa mulher será compulsoriamente convidada pela revista *Play Boy*, a fim de posar nua na capa e no corpo da revista, exibindo suas protuberâncias da maneira mais extravagante possível. A maioria das convidadas nunca rejeita o convite, ainda contando com apoio integral da própria família.

No âmbito da Filosofia da Cultura de Massas Edgar Morin se destaca como crítico implacável da vida moderna. Suas observações nos dão uma perfeita ideia do que se gasta em tempo e dinheiro em amenidades, todas elas desnecessárias ao corpo e o espírito dos mortais. Aplica-se quantias imensas de dinheiro, vislumbrando um retorno indubitavelmente certo. O erotismo, a maior das amenidades, está presente em tudo o



que a publicidade e a propaganda são capazes de exhibir. Nos anúncios dos anos mais recentes o erotismo se apresenta de forma mais diversificada, fazendo parte da cultura do indivíduo moderno. Então, segundo Edgar Morin,

não só os filmes, os comics, as revistas, os espetáculos estão cada vez mais apimentados com imagens eróticas, mas quotidianamente pernas levantadas, peitos estofados, cabeleiras escorridas, lábios entreabertos nos convidam a consumir cigarros, dentifrícios, sabões, bebidas gasosas, toda uma gama de mercadorias cuja finalidade não é, propriamente falando, erótica (Morin, 1992, p. 119).

O circuito do dinheiro, operado pelo capitalismo em todo o mundo, gerou uma teoria do consumo estritamente baseada no erotismo, sendo a mulher erótica a maior representante dessa *mais-valia*.

A publicidade e a propaganda objetivam despertar o desejo do consumo, para isso valendo-se de qualquer argumento. Em muitos casos publicidade se vale das mulheres as quais, querendo ou não, expõem-se ao erotismo e, por consequência, ao desejo sexual dos homens. Os anúncios de cigarros, como dito anteriormente, ordinariamente nos mostram garotas em trajes sumários de banho, acompanhadas de rapazes mais ou menos da mesma idade, participando, todos, de uma infinita cadeia de aventuras. Seja através de perigosas corridas de automóveis, ou um simples balançar de pequenos barcos a vela, um erotismo imaginário se liga ao erotismo da cena real da publicidade, levando ao público uma ilusão que nada tem a ver com o produto anunciado, no caso o cigarro. A figura da mulher está presente para imprimir força à idéia, patrocinar o erotismo e auto afirmar os que consomem. Fica, portanto, determinado que, é pelo consumo do produto anunciado (seja cigarro ou outro qualquer) que se chega às mulheres e ao prazer.

Edgar Morin observa ainda que, “as imagens mais fortemente erotizadas são da publicidade de produtos de beleza que se destinam às mulheres consumidoras, a fim de lhes propor conquistas e vitórias” (Ibidem, p. 122). Daí concluímos que é para subjugar que a mulher subjuga-se, na ilusão de transferir para outras mulheres a magia que elas praticam e que elas mesmas reprovam: a conquista do homem.

Mas, se por um lado o capitalismo apoderou-se do erotismo como via de acesso ao consumo desenfreado e involuntário, por outro surgiram efeitos colaterais, no

mínimo incontroláveis. Veja-se que ao levar a propaganda a excitar o desejo e o consumo, como temperos da oferta e da procura, em vez de implantar em nossa civilização a tendência à materialidade e ao endeusamento da mercadoria, como disse Marx o *feitiço*, ao contrário, deu-lhe a inesperada oportunidade de se preocupar mais e mais com o espírito. De fato, a infinidade de bens que se anunciam e estão disponíveis no mercado de consumo hodierno, tem facilitado a vida das pessoas, aumentando-lhes com isso as chances de uma vida melhor e mais longa.

### EM BUSCA DO EQUILÍBRIO SOCIAL

Ao longo dos tempos, principalmente do início da Idade Média ao final do Romantismo europeu, a mulher vinha sendo considerada musa inspiradora de poetas, músicos, pintores e, no princípio, por cavaleiros. Porém, em vez dessa situação deixá-la em posição de nobreza, ao contrário, em muito contribuiu para a sua manutenção em plano psicologicamente inferior ao do homem.

Portadora da paz e mensageira da alegria, rainha do lar e tantos outros qualificativos que lhe outorgou a ideologia machista, serviram apenas para conferirem à mulher uma carga de responsabilidade infernal, condenando-a ao sacrifício de sua mocidade à regência do lar e à criação dos filhos, ordinariamente numerosos.

Ao que nos parece, por questões genéticas as mulheres vinham se acostumando com tal estado de coisas, nunca lhes ocorrendo qualquer manifestação de rebeldia ou luta. O cognome de “sexo frágil” era a bandeira que carregavam e as tornava inúteis a si e aos outros, passando em regra pelo vexame de serem vistas como atrativo da sensualidade masculina, ou objeto de uso do marido.

Aquele período da História também facilitou o comodismo das mulheres. A tecnologia que nos deu o telefone, o rádio, a televisão, além de inúmeros outro benefício apenas dormitava em seu sono secular. Os prazeres do corpo – comida, vinho, caça e alguns esportes – ocupavam o tempo dos homens, os quais sentiam-se a cada dia mais fortes, atraentes e dominadores. Enquanto isso as mulheres ignoravam a ciência, ainda que em seus rudimentos. De política nada entendiam, e de religião conheciam o suficiente para sedimentarem a formação moral dos filhos, a manutenção da vida

espiritual e da própria conduta. O meio familiar era a única sociedade a que as mulheres pertenciam de fato. Fora dali as coisas se passavam sem que elas tomassem conhecimento, e as decisões a serem tomadas diante de uma emergência, sempre mantiveram as mulheres distantes, embora estivessem elas presentes aos acontecimentos e às decisões.

A manutenção da posição social da mulher inferior à do homem vem de muito longe, apesar de haver teorias sobre o matriarcado (governo de mulheres), tentando provar o contrário. Desde a antiguidade clássica debate-se sobre a atuação da mulher nas diversas sociedades. Ao que se sabe, da história do Ocidente Cristão, a rejeição feminina a um ou mais planos inferiores ao masculino advém do pensamento judaico. Segundo a Bíblia, Deus fez primeiro o homem, algum tempo depois a mulher. Não havia nenhuma mulher presente ao ato da Criação, estando o Eterno, ao que tudo indica, só. Desse modo o homem passou a ser, não apenas companheiro, mas uma espécie de pai ou tutor da varoa. Vindo à luz primeiro, o homem, é, portanto, mais velho e mais antigo, tendo todo o direito de assumir o comando geral da vida. Segue-se ainda, na genealogia bíblica, que Abrão gerou Isac e Isac gerou Jacó, ficando, nessa escalada, a mulher excluída, ou, pelo menos dispensada do processo da concepção. No Paraíso, verificamos que o homem, induzido pela mulher (e esta pela Serpente), come o fruto proibido, sendo por isso Adão e Eva desalojados do Éden. Até aí nada tão mal, até vir o pior: a submissão da mulher ao homem passa a ser imposta por decreto. Ao lermos o capítulo III, verso 16, do livro de *Genesis*, encontramos: “Disse (Deus) também à mulher: multiplicarei os teus trabalhos, e (especialmente os de) teus partos. Darás à luz com dor os filhos, e estarás sob o poder do marido, e ele te dominará.”

Os antigos hebreus eram tribais, analfabetos em sua maioria, vivendo da atividade agro-pastoril, em regime seminómade. Advindo das tribos de Israel (Jacó), os hebreus absorveram ao pé da letra os preceitos da *Torah* (parte do Antigo Testamento), deixados por Moisés, seguindo adiante com a ideologia mosaica, a respeito da autoridade do homem sobre a mulher. Os varões decidiam sobre as diversas causas, negociavam, tudo faziam sem a interferência das mulheres, ficando estas responsáveis unicamente pela educação dos filhos, a direção do lar, mas sem direito a voz nos litígios ou nas tomadas de decisões. A vida da mulher, naquele e em outros períodos, era de

inteira submissão, podendo ser severamente punida, por menor que fosse um deslize cometido.

Resta-nos saber, ainda que não seja agora, de quais valores critérios ou modelos os indivíduos se valem para relegarem um ou outro grupo social a planos inferiores. Sabemos, porém, que as pessoas vivem buscando pretextos para promoverem desníveis sociais, a fim de satisfazerem as suas ambições.

Quando o assunto é ambição, de tudo se faz em nome dela. Recordemos que, durante a última guerra, quando víamos na rua um homem jovem de muletas ou mesmo de bengala, poderíamos identificá-lo imediatamente como uma vítima da guerra: um herói, um mutilado.

Ser mutilado, naqueles dias, era ao mesmo tempo uma representação de sacrifício e luta. Com o acúmulo de heróis, à medida que o tempo passava, os governantes não sabiam mais o que fazer com tantos incapazes, e tiveram uma brilhante ideia: alterou-se a identificação de mutilado para acidente de trabalho”, o que de certa forma rebaixava a mutilação – a pensão era menor e nenhuma condecoração vinha compensar o prejuízo estético (Casamayor, 1975, p. 22).

Percebemos aí que a doença da sociedade, principalmente em especial aquela que elabora as leis, é bem maior que o sofrimento físico do modelo de paciente anteriormente citado. O exemplo serve ainda para atestar de quantas maneiras a sociedade nos oprime, e o problema do mutilado, no caso, foi resolvido da maneira mais simples e cômoda, ou seja, pela lógica do avestruz.

Todos os grupos sociais buscam seus objetivos através de códigos culturais, com suas normas de procedimento, as leis escritas, chamadas positivas, nada mais são que os costumes sociais passados para o papel, uma vez que, com o crescimento populacional, somado ao volumoso número de normas gerais, tornou-se impossível guardar na memória todos os mandamentos morais ou de conduta. Os costumes constituem a tradição de um povo, devendo ser respeitados, uma vez que é da experiência que a tradição se origina. Todavia os costumes nunca devem ser usados como pretexto para a promoção de desigualdades sociais.

Sabemos, porém, que seria demais exigir demais da sociedade, essa máquina extremamente complexa, um funcionamento sem problemas. Há sempre um desnível aqui ou ali, mas não permitindo que ele ultrapasse determinado limite de

segurança, nada se poderá temer.

## CONCLUSÃO

A história social da mulher, em todas as épocas, tem sido contada de maneira confusa, mas sempre buscando colocá-la num nível inferior ao do homem. Baseando-se ninguém sabe em que, durante séculos os homens vêm afirmando que a relação de superioridade do homem sobre a mulher, deve-se exclusivamente a fatores biológicos. Mas, sabemos que, o homem, ao adquirir experiência como caçador e idealizador de ferramentas e armas, foi também capaz de desenvolver outras habilidades, inclusive a de dominar.

Sendo narcisistas, acostumados a construir deuses à sua imagem e à custa de seu desejo e suas paixões, os homens moldaram as mulheres numa sociedade instituída e dominada pôr eles. Em contrapartida a maioria das mulheres, diante do narcisismo masculino, apresentam-se vaidosas, como indício de reação. Vaidosas ao ponto de imaginarem que o tempo parou, e elas estacionaram num determinado ponto da cronologia temporal. No entanto, nestes tempos modernos, muitas mulheres se libertaram do jugo ideológico dos homens. Libertaram-se pela razão. Saíram do analfabetismo a que foram outrora condenadas, indo à luta em igualdade de condições com os homens. Chegaram ao mercado de trabalho, à universidade e às Forças Armadas. As mulheres continuarão oprimidas enquanto permanecerem atreladas à ideia de que prestígio social se consegue manipulando a beleza física, tentando com esta abrir todas as portas. Continuarão também oprimidas quando relegadas unicamente ao convívio do lar, isoladas das outras mulheres e da vida social dos homens.

As mulheres certamente obterão destaque e importância social, quando capazes de competir com os homens, em igualdade de condições, entregando-se ao trabalho produtivo. Agora, que em nossa época, inúmeros problemas perturbam a humanidade, onde as autoridades se veem enfraquecidas, a mulher precisa erguer-se com firmeza e fugir da tutela masculina, sem, contudo, envaidecer-se e ser levada ao autoritarismo e à impiedade. A mulher somente conquistará a liberdade quando libertar-se da própria escravidão, criando em si habilidades que lhe assegurem um bom desempenho social,

segundo a sua época.

A vida moderna exige enorme conhecimento da realidade de cada dia. Logo a mulher deve descobrir qual o papel que mais se enquadra na sua sensibilidade, e desempenhá-lo com eficácia e orgulho. Não se pode confundir feminismo com feminilidade. A mulher deve encarar a vida com naturalidade, sem se importar se o trabalho que executa ou a função que desempenha tenha sido tradicionalmente exercida por homens.

Assim, conhecendo mais a si mesmas, e adaptando-se por inteiro à realidade do mundo que as cercam, as mulheres encontrarão motivos para viverem em harmonia com os homens, facilmente encontrando o caminho para se estabelecer mutuamente com o companheiro e a família.

## REFERÊNCIAS

CASAMAYOR. A arte de trair. Trad. Marina Colassanti. Rio de Janeiro: Documentário, 1975. 136 p.

D'AVILA NETO, Maria Inacia. O autoritarismo e a mulher; o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 126 p.

DE HEUSCH, Luc. Pourquoi l'épouser? Paris: Gallimard, 1971. 328 p.

ENGELS Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 215 p.

GEHLEN, Arnold. Moral e hipermoral. Trad. Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 202 p.

HARRIS, Olivia & YOUNG, Kate (org.). Antropología y feminismo. Barcelona: Anagrama, 1979. 301 p.

MONTAGU, Ashley. A superioridade natural da mulher. Trad. Lygia Junqueira Caiuby. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1970. 188 p.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX; o espírito do tempo – 1 – Neurose. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. 204 p.

TOURAINE, Alain. Sociologia e sociedade. São Paulo: LTC, 1985. 365 p.